

AS MEDIDAS, SEGUNDO LUIS EULÁLIO

- *Redução do IOF*
- *Taxação das aplicações financeiras*
- *Aumento do trigo e dos derivados de petróleo*
- *Corte de benefícios de funcionários de estatais*

SÃO PAULO (O GLOBO) — A redução do IOF de 4,8 para 1,5 por cento nas operações de financiamento, menos nas importações, nas operações com o BNH e no crédito ao consumidor; o aumento de dez por cento na alíquota do Imposto de Renda pago sobre rendimentos provenientes de aplicações financeiras; eliminação de todas as vantagens pecuniárias oferecidas aos funcionários das estatais, à exceção do 13º salário e aumento imediato, no máximo, de 60 por cento no preço do trigo e de 55 por cento nos preços dos derivados de petróleo, são as principais medidas do novo pacote, que será anunciado pelo Governo nas próximas 48 horas.

A informação foi dada ontem pelo Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal, depois da reunião que teve com a diretoria executiva da Fiesp. Segundo Luís Eulálio, essas devem ser as medidas a serem anunciadas porque elas já são consenso entre as autoridades econômicas com quem ele conversou, entre elas os Ministros do Planejamento Delfim Netto e da Fazenda, Ernane Galvães e o Presidente do Banco Central, Carlos Langoni. Outras medidas do pacote são a antecipação para julho do pagamento do Imposto de Renda devido por todas as instituições financeiras, novos cortes nos orçamentos das estatais (custeio), redução das contribuições das empresas estatais para os fundos de pensão de seus funcionários e liberação dos limites impostos ao crédito a partir de 1º de outubro.

SUBSÍDIOS

Em relação ao corte nos subsídios, já amplamente anunciado, Luís Eulálio explicou que ele virá da seguinte forma: aumento da correção monetária nos financiamentos agrícolas das regiões Norte e Nordeste de 40 para 70 por cento mais juros de três por cento ao ano. Para a Região Centro-Sul a correção monetária nos financiamentos agrícolas passará dos atuais 60 por cento para 85 por cento. Até 1985, gradativamente, a Região Centro-Sul pagará correção monetária integral, ou seja, deixará de ter crédito subsidiado, enquanto que a Região Norte.

Nordeste, deverá pagar 90 por cento da correção monetária nos financiamentos de 1985.

Em relação ao corte dos subsídios para as pequenas e médias empresas, os índices serão exatamente os mesmos a serem fixados para os financiamentos agrícolas nas regiões Norte/Nordeste e Centro-Sul.

No que diz respeito ao corte de subsídios às exportações, o Presidente da Fiesp afirmou que a correção monetária dos financiamentos subirá dos atuais 40 por cento para 70 por cento, mas só a partir de 1º de outubro deste ano. Os juros serão de três por cento ao ano. Os incentivos fiscais à exportação estão garantidos até abril de 1984.

DEINDEXAÇÃO

Todas essas medidas, segundo Luís Eulálio vão dar um saldo líquido para o Governo de Cr\$ 1,5 trilhão — a meta era conseguir Cr\$ 2 trilhões. A Fiesp, disse o seu presidente, apóia integralmente o pacote, considera que ele é viável, mas acha que seus resultados serão muito lentos.

— O pacote será pouco eficiente se essas medidas não vierem acompanhadas de alguma forma de desindexação tanto na ORTN como no INPC — disse Luís Eulálio. Uma forma de desindexação poderia ser a introdução de um redutor de, por exemplo, dez por cento no INPC e nas ORTNs.

Embora não tenha nenhuma confirmação de que a desindexação será adotada, Luís Eulálio afirmou que é preciso deixar claro que uma taxa de inflação de dez por cento ao mês, como vem ocorrendo, é muito mais perversa para o assalariado do que um redutor geral sobre todos os índices da economia de dez por cento.

Na opinião do Presidente da Fiesp, este novo pacote tem que ser o último e deverá abrir uma perspectiva para a retomada da economia. Deixou claro, porém que a redução efetiva das taxas de inflação só ocorrerá se for adotada a desindexação.

Todo esse elenco de medidas deverá ainda ser discutido numa reunião do Conselho Monetário Nacional. Luís Eulálio, membro do CMN, conversou ontem com o Ministro Ernane Galvães, mas ele não confirmou que a reunião será realizada amanhã.